

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS
MARIA PAULA MENESES (Orgs.)

Epistemologias do Sul



EPISTEMOLOGIAS DO SUL

ORGANIZADORES

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS
MARIA PAULA MENESES

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, SA
Av. Fernão Magalhães, n.º 584, 5.º Andar
3000-174 Coimbra
Tel.: 239 851 904
Fax: 239 851 901
www.almedina.net
editora@almedina.net

PRÉ-IMPRESSÃO | IMPRESSÃO | ACABAMENTO

G.C. GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.
Palheira – Assafarge
3001-453 Coimbra
producao@graficadecoimbra.pt

Janeiro, 2009

DEPÓSITO LEGAL

287846/09

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.

Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação

Epistemologias do Sul / org. Boaventura de
Sousa Santos, Maria Paula Meneses. – (CES)
ISBN 978-972-40-3738-7

I – SANTOS, Boaventura de Sousa, 1940-
II – MENESES, Maria Paula

CDU 165
304
325
316

ÍNDICE

Prefácio	7
Sumário	
<i>Introdução</i> Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses	9
Parte 1 – Da Colonialidade à Descolonialidade	21
CAPÍTULO 1: <i>Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes</i> Boaventura de Sousa Santos	23
CAPÍTULO 2: <i>Colonialidade do Poder e Classificação Social</i> Anibal Quijano	73
CAPÍTULO 3: <i>Conhecimento de África, Conhecimentos de Africanos: duas perspectivas sobre os Estudos Africanos</i> Paulin J. Hountondji	119
Parte 2 – As Modernidades das Tradições	133
CAPÍTULO 4: <i>Globalização e Ubuntu</i> Mogobe B. Ramose	135
CAPÍTULO 5: <i>Corpos de violência, Linguagens de Resistência: as complexas teias de conhecimentos no Moçambique contemporâneo</i> Maria Paula Meneses	177
CAPÍTULO 6: <i>O Resgate da Epistemologia</i> João Arriscado Nunes	215
CAPÍTULO 7: <i>A Debate sobre o “Encerramento do Ijtihad” e a sua crítica</i> Liazzate J. K. Bonate	243

CAPÍTULO 8: <i>Transições no 'Progresso' da Civilização: teorização sobre a história, a prática e a tradição</i>	261
Ebrahim Moosa	

Parte 3 – Geo-políticas e a sua Subversão 281

CAPÍTULO 9: <i>Meditações Anti-Cartesianas sobre a Origem do Anti-Discurso Filosófico da Modernidade</i>	283
Enrique Dussel	

CAPÍTULO 10: <i>A Topologia do Ser e a Geopolítica do Conhecimento: modernidade, império e colonialidade</i>	337
Nelson Maldonado-Torres	

CAPÍTULO 11: <i>Para Descolonizar os Estudos de Economia Política e os Estudos Pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global</i>	383
Ramón Grosfoguel	

CAPÍTULO 12: <i>Intelectuais Negros e Produção do Conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira</i>	419
Nilma Gomes	

Parte 4 – A Reinvenções dos Lugares 443

CAPÍTULO 13: <i>Um Ocidente Não-Ocidentalista?: a filosofia à venda, a douda ignorância e a aposta de Pascal</i>	445
Boaventura de Sousa Santos	

CAPÍTULO 14: <i>Encontros Culturais e o Oriente: um estudo das políticas de conhecimento</i>	487
Shiv Visvanathan	

CAPÍTULO 15: <i>Filosofia e Conhecimento Indígena: uma perspectiva africana</i>	507
Dismas A. Masolo	

INTRODUÇÃO

Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses

Uma epistemologia do Sul assenta em três orientações:

aprender que existe o Sul;

aprender a ir para o Sul;

aprender a partir do Sul e com o Sul

(Santos, 1995:508)

Toda a experiência social produz e reproduz conhecimento e, ao fazê-lo, pressupõe uma ou várias epistemologias. Epistemologia é toda a noção ou ideia, reflectida ou não, sobre as condições do que conta como conhecimento válido. É por via do conhecimento válido que uma dada experiência social se torna intencional e inteligível. Não há, pois, conhecimento sem práticas e actores sociais. E como umas e outros não existem senão no interior de relações sociais, diferentes tipos de relações sociais podem dar origem a diferentes epistemologias. As diferenças podem ser mínimas e, mesmo se grandes, podem não ser objecto de discussão, mas, em qualquer caso, estão muitas vezes na origem das tensões ou contradições presentes nas experiências sociais sobretudo quando, como é normalmente o caso, estas são constituídas por diferentes tipos de relações sociais. No seu sentido mais amplo, as relações sociais são sempre culturais (intra-culturais ou inter-culturais) e políticas (representam distribuições desiguais de poder).¹ Assim sendo, qualquer conhecimento válido é sempre contextual, tanto em termos de diferença cultural como em termos de diferença política. Para além de certos patamares de diferença cultural e política, as experiências sociais são constituídas por vários conhecimentos, cada um com os seus critérios de validade, ou seja, são constituídas por conhecimentos rivais.

¹ Ao contrário do multiculturalismo – que pressupõe a existência de uma cultura dominante que aceita, tolera ou reconhece a existência de outras culturas no espaço cultural onde domina – a interculturalidade pressupõe o reconhecimento recíproco e a disponibilidade para enriquecimento mútuo entre várias culturas que partilham um dado espaço cultural.

Em face desta reflexão levantam-se três perguntas. Por que razão, nos dois últimos séculos, dominou uma epistemologia que eliminou da reflexão epistemológica o contexto cultural e político da produção e reprodução do conhecimento? Quais foram as consequências de uma tal descontextualização? Haverá epistemologias alternativas?

Este livro procura dar resposta a estas perguntas. A partir de perspectivas e de linhas de investigação distintas, os textos reunidos neste livro partilham as seguintes ideias. Primeiro, a epistemologia dominante é, de facto, uma epistemologia contextual que assenta numa dupla diferença: a diferença cultural do mundo moderno cristão ocidental e a diferença política do colonialismo e capitalismo. A transformação deste hiper-contexto na reivindicação de uma pretensão de universalidade, que se veio a plasmar na ciência moderna, é o resultado de uma intervenção epistemológica que só foi possível com base na força com que a intervenção política, económica e militar do colonialismo e do capitalismo modernos se impuseram aos povos e culturas não-ocidentais e não-cristãos (Santos, Meneses e Nunes, 2004). Só isto explica que mesmo as formas de conhecimento ocidental que foram epistemologicamente marginalizadas pela ciência moderna – a filosofia e a teologia ocidentais – tenham tido a pretensão de universalidade.

A segunda ideia é que esta dupla intervenção foi de tal maneira profunda que descredibilizou e, sempre que necessário, suprimiu todas as práticas sociais de conhecimento que contrariassem os interesses que ela servia. Nisso consistiu o epistemicídio, ou seja, a supressão dos conhecimentos locais perpetrada por um conhecimento alienígena (Santos: 1998: 208). De facto, sob o pretexto da ‘missão colonizadora’, o projecto da colonização procurou homogeneizar o mundo, obliterando as diferenças culturais (Meneses, 2007). Com isso, desperdiçou-se muita experiência social e reduziu-se a diversidade epistemológica, cultural e política do mundo. Na medida em que sobreviveram, essas experiências e essa diversidade foram submetidas à norma epistemológica dominante: foram definidas (e, muitas vezes, acabaram-se auto-definindo) como saberes locais e contextuais apenas utilizáveis em duas circunstâncias: como matéria prima para o avanço do conhecimento científico; como instrumentos de governo indirecto, inculcando nos povos e práticas dominadas a ilusão credível de serem auto-governados. A perda de uma auto-referência genuína não foi apenas uma perda gnoseológica, foi também, e sobretudo, uma perda ontológica: saberes inferiores próprios de seres inferiores.

A terceira ideia é que a ciência moderna não foi, nos dois últimos séculos, nem um mal incondicional nem um bem incondicional. Ela própria é diversa internamente, o que lhe permite intervenções contraditórias na sociedade. E a verdade é que foi (e continua a ser) muitas vezes apropriada por grupos sociais subalternos e oprimidos para legitimar as suas causas e fortalecer as suas lutas. O importante numa avaliação histórica do papel da ciência é ter presente que os juízos epistemológicos sobre a ciência não podem ser feitos sem tomar em conta a institucionalidade que se constituiu com base nela. A epistemologia que conferiu à ciência a exclusividade do conhecimento válido traduziu-se num vasto aparato institucional – universidades, centros de investigação, sistema de peritos, pareceres técnicos – e foi ele que tornou mais difícil ou mesmo impossível o diálogo entre a ciência e os outros saberes. Ora essa dimensão institucional, apesar de crucial, ficou fora do radar epistemológico. Com isso, o conhecimento científico pôde ocultar o contexto sócio-político da sua produção subjacente à universalidade descontextualizada da sua pretensão de validade.

A quarta ideia é que a crítica deste regime epistemológico é hoje possível devido a um conjunto de circunstâncias que, paradoxalmente, permitem identificar melhor que nunca a possibilidade e até a urgência de alternativas epistemológicas ao mesmo tempo que revelam a gigantesca dimensão dos obstáculos políticos e culturais que impedem a sua concretização. A revolução da informação e da comunicação combinada com a tendência do capitalismo para reduzir à lei do valor – transformar utilidades em valores de troca e, portanto, em mercadorias – mais e mais dimensões da vida colectiva (culturais, espirituais, simbólicas) e da natureza, ampliou as contradições da dominação capitalista e as resistências que enfrenta ao mesmo tempo que lhes conferiu uma maior visibilidade. Hoje, a visualização da diversidade cultural e epistemológica do mundo é, ela própria, mais diversa e, por isso, mais convincente para públicos mais amplos e mais diversos.

Simultaneamente, porém, as condições do tempo presente tornam as diferenças culturais e políticas mais profundas e insidiosas e mais difícil a luta contra elas. Por um lado, o capitalismo global, mais que um modo de produção, é hoje um regime cultural e civilizacional, portanto, estende cada vez mais os seus tentáculos a domínios que dificilmente se concebem como capitalistas, da família à religião, da gestão do tempo à capacidade de concentração, da concepção de tempo livre às relações com os que nos estão mais próximos, da avaliação do mérito científico à avaliação moral dos comportamentos que nos afectam. Lutar contra uma dominação cada vez mais

polifacetada significa preversamente lutar contra a indefinição entre quem domina e quem é dominado, e, muitas vezes, lutar contra nós próprios. Por outro lado, a resiliência do capitalismo revelou-se na reiterada operacionalidade de uma das suas armas que parecia ter sido historicamente neutralizada: o colonialismo. De facto, o fim do colonialismo político, enquanto forma de dominação que envolve a negação da independência política de povos e/ou nações subjugados, não significou o fim das relações sociais extremamente desiguais que ele tinha gerado, (tanto relações entre Estados como relações entre classes e grupos sociais no interior do mesmo Estado). O colonialismo continuou sobre a forma de colonialidade de poder e de saber, para usar a expressão de Anibal Quijano neste livro.

A quinta ideia é que as alternativas à epistemologia dominante partem, em geral, do princípio que o mundo é epistemologicamente diverso e que essa diversidade, longe de ser algo negativo, representa um enorme enriquecimento das capacidades humanas para conferir inteligibilidade e intencionalidade às experiências sociais. A pluralidade epistemológica do mundo e, com ela, o reconhecimento de conhecimentos rivais dotados de critérios diferentes de validade tornam visíveis e creíveis espectros muito mais amplos de acções e de agentes sociais. Tal pluralidade não implica o relativismo epistemológico ou cultural mas certamente obriga a análises e avaliações mais complexas dos diferentes tipos de interpretação e de intervenção no mundo produzidos pelos diferentes tipos de conhecimento. O reconhecimento da diversidade epistemológica tem hoje lugar, tanto no interior da ciência (a pluralidade interna da ciência), como na relação entre ciência e outros conhecimentos (a pluralidade externa da ciência).

Designamos a diversidade epistemológica do mundo por epistemologias do Sul.² O Sul é aqui concebido metaforicamente como um campo de desafios epistémicos, que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo. Esta concepção do Sul sobrepõe-se em parte com o Sul geográfico, o conjunto de países e regiões do mundo que foram submetidos ao colonialismo europeu

² Este conceito foi formulado inicialmente por Boaventura de Sousa Santos em 1995 e posteriormente re-elaborado em várias publicações. Veja-se em especial Santos (org.) 2003, 2004 e Santos, 2006, assim como Santos Nunes e Meneses, 2004. Este conceito tem suscitado vários debates. Veja-se por exemplo Mignolo, 2006; Huish, 2006; Maldonado-Torres, 2006; Milani e Laniado, 2007. Vejam-se também os capítulos de Maria Paula Meneses e de João Arriscado Nunes neste volume.

e que, com excepção da Austrália e da Nova Zelândia, não atingiram níveis de desenvolvimento económico semelhantes ao do Norte global (Europa e América do Norte). A sobreposição não é total porque, por um lado, no interior do Norte geográfico classes e grupos sociais muito vastos (trabalhadores, mulheres, indígenas, afro-descendentes) foram sujeitos à dominação capitalista e colonial e, por outro lado, porque no interior do Sul geográfico houve sempre as ‘pequenas Europas’, pequenas elites locais que beneficiaram da dominação capitalista e colonial e que depois das independências a exerceram e continuam a exercer, por suas próprias mãos, contra as classes e grupos sociais subordinados. A ideia central é, como já referimos, que o colonialismo, para além de todas as dominações por que é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e/ou nações colonizados. As epistemologias do Sul são o conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam essa supressão, valorizam os saberes que resistiram com êxito e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos. A esse diálogo entre saberes chamamos ecologias de saberes (Santos, 2006).

De uma ou outra perspectiva, os autores incluídos neste livro comungam dos objectivos das epistemologias do Sul mesmo que não designem como tal as suas investigações. Quase totalidade deles provém do Sul geográfico, da África, da América Latina e da Ásia e, dentro de cada uma destas regiões, posicionam-se do lado do Sul metafórico, ou seja, do lado dos oprimidos pelas diferentes formas de dominação colonial e capitalista.

O livro está dividido em quatro partes. A primeira parte, intitulada *Da Colonialidade à Descolonialidade*, identifica algumas das linhas principais da diferença epistemológica, ou seja, do modo como a dominação económica, política e cultural se traduziu na construção de hierarquias entre conhecimentos.

Boaventura de Sousa Santos defende que a epistemologia ocidental dominante foi construída na base das necessidades de dominação colonial e assenta na ideia de um pensamento abissal. Este pensamento opera pela definição unilateral de linhas que dividem as experiências, os saberes e os actores sociais entre os que são úteis, inteligíveis e visíveis (os que ficam do lado de cá da linha) e os que são inúteis ou perigosos, ininteligíveis, objectos de supressão ou esquecimento (os que ficam do lado de lá da linha). Segundo o autor, o pensamento abissal continua a vigorar hoje, muito para além do fim

do colonialismo político. Para o combater, propõe uma iniciativa epistemológica assente na ecologia dos saberes e na tradução intercultural.

Anibal Quijano, a partir de uma análise da situação latino-americana, desenvolve o conceito de *colonialidade*. Questionando a naturalização das experiências, identidades e relações históricas da colonialidade e da distribuição geocultural do poder capitalista mundial, especialmente nos últimos dois séculos, Quijano abre caminho, em diálogo com a tradição de Marx, para uma interpretação epistémica da situação de dominação presente no Sul global. Para o autor, a destruição da colonialidade do poder, enquanto relação de exploração, é um dos factores determinantes da luta contra o padrão universal do capitalismo eurocentrado.

Paulin Hountondji, ao questionar quão africanos são os chamados estudos africanos, abre caminho para uma discussão sobre a naturalização do conhecimento, enquanto símbolo da persistência de uma relação colonial. A partir da sua experiência como filósofo, o autor desafia os investigadores a trabalharem em diálogo, por forma a ultrapassar a relação de dominação presente em muitos dos estudos feitos 'sobre' África. Como Hountondji aponta, esta outra produção do conhecimento deverá acontecer a par de uma reapropriação crítica dos próprios conhecimentos endógenos de África e, mais do que isso, com uma apropriação crítica do próprio processo de produção e capitalização do conhecimento

A segunda parte, intitulada *As Modernidades das Tradições* centra-se numa das dicotomias centrais em que foi vertida a diferença epistemológica: a dicotomia entre tradição e modernidade. A desqualificação dos saberes não-ocidentais consistiu, entre outros dispositivos conceptuais, na sua designação como tradicionais e, portanto, como resíduos de um passado sem futuro. Este último caberia em exclusivo à modernidade ocidental. O objectivo desta parte é mostrar que a dicotomização dos saberes foi um acto moderno que, paradoxalmente, investiu de modernidade, tanto os saberes que designou como modernos, quanto os que designou como tradicionais. Estes últimos, revelaram-se modernos na forma como resistiram ao saber hegemónico e por isso devem ser concebidos como modernidades alternativas. No mesmo processo a modernidade ocidental converte-se numa tradição entre outras, uma tradição cuja característica mais específica foi prerrogativa de poder designar unilateralmente as outras tradições como tradicionais. Uma vez operada esta reconceptualização é possível resgatar epistemologicamente a modernidade ocidental.

Mogobe Ramose analisa a globalização a partir do conceito de *ubuntu*. Os processos da globalização neoliberal em curso têm levado à crescente difusão de uma lógica de mercado, para a qual a dignidade, a segurança e mesmo a sobrevivência do ser humano deixaram de ser o valor central. Este processo, acelerado pela tentativa de hegemonia cultural do Norte global, tem afectado profundamente as sociedades africanas; estas, todavia, encontram no *ubuntu* uma alternativa. O *ubuntu*, ao promover uma atenção especial à pessoa humana, é exemplo de uma outra epistemologia, presente em vários contextos africanos, capaz de inspirar uma outra forma de estar e de se ser no mundo, contribuindo para o debate global sobre os direitos humanos.

Maria Paula Meneses, debruçando-se sobre a análise de um suposto caso de tráfico humano em Moçambique, discute os mal entendidos gerados quando conhecimentos distintos se confrontam. Para a autora, é fundamental que as diferentes culturas possuam imagens concretas sobre si próprias e sobre as outras, assim como das relações de poder e de saber que as unem e dividem. Ao problematizar as múltiplas interpretações envolvidas num caso extremamente mediático, a autora sugere que um envolvimento crítico permanente e uma consciência activa sobre as relações de poder entrelaçadas nos sistemas de conhecimento permitem desafiar a ortodoxia dominante na academia, contribuindo para uma outra leitura – conceptual, metodológica e epistémica – dos problemas africanos.

João Arriscado Nunes avalia, de forma crítica, as transformações e crises que ocorreram no seio do projecto da epistemologia moderna. Com uma ênfase centrada na tradição dos estudos sociais da ciência, Arriscado Nunes analisa o debate epistemológico presente, usando o conceito de ‘pensamento abissal’ e ‘pós-abissal, de Boaventura de Sousa Santos como proposta metodológica. Ao resgatar o pragmatismo filosófico – enquanto uma das expressões mais radicais de crítica da epistemologia convencional – este autor explora as possibilidades de criação de um espaço de diálogo entre a crítica como projecto filosófico e a proposta de uma epistemologia do Sul global.

Liazzate Bonate faz uma análise crítica da aparente estagnação e falta de criatividade na jurisprudência muçulmana. A tradição da descentralização da autoridade religiosa e a ausência de uma tensão importante entre as várias escolas de jurisprudência islâmica ajudaram os *ulama* a manter uma considerável autonomia em relação ao Estado. Simultaneamente, a inexistência de uma autoridade centralizada ou hierarquia entre os estudiosos da religião tornou difícil qualquer tentativa de controlo por parte das autoridades seculares. Para a autora, esta controvérsia tem de ser entendida a partir do próprio

Islão, onde as esferas religiosa e secular, por existirem em separado, levaram a que em lugar de um direito divino, o Islão reconhecesse a necessidade de um direito sancionado de forma divina.

Ebrahim Moosa, a partir da sua própria experiência como teólogo (e no contexto da África do Sul do apartheid), debate o papel das interpretações na constituição de conceitos centrais da modernidade, como sejam a tradição, a história e a prática. Para Moosa, uma análise mais ampla dos sentidos do progresso do conhecimento tornam possível interiorizar e questionar as práticas e interpretações do Islão, uma condição central para se ultrapassar a dicotomia entre tradição e progresso. Nas palavras do autor, uma autocrítica e um debate constantes ajudam a evitar a repetição de erros, ao mesmo tempo que alerta para a necessidade de as abordagens críticas serem contextualmente determinadas.

Na terceira parte, intitulada *Geo-políticas e a sua Subversão*, a análise centra-se no aprofundamento dos lugares e contextos que subjazem à construção do conhecimento moderno hegemónico e do que isso significou para os saberes subalternizados e para as práticas e agentes sociais que os produziam e reproduziam. A pluralização dos lugares e contextos permite identificar a diversidade epistemológica do mundo e valorizar conhecimentos até agora desvalorizados como locais, isto é, como contextuais.

Para Enrique Dussel, a colonialidade permitiu a transformação do ‘Sul’, de um espaço repleto de conhecimento e experiências, num terreno estéril, pronto a ser preenchido pela razão imperial. Esta crítica do eurocentrismo propõe um deslocamento geopolítico do lugar e do tempo que a filosofia ocidental estabelece como origem e marca da modernidade – o pensamento de Descartes – analisando em detalhe a complexidade do debate filosófico dessa altura. Este deslocamento terá de ser filosófico, temático e paradigmático para dar conta de outras epistemologias. No caso Latino-americano, Dussel propõe-nos uma análise detalhada da *Nueva Crónica y Buen Gobierno* (1615), exemplo de um conhecimento crítico da situação colonial, feita por um indígena que sofreu a dominação colonial moderna.

Nelson Maldonado-Torres, a partir de uma análise crítica de vários filósofos europeus contemporâneos, reflecte sobre as razões de uma falta de reflexão crítica quanto ao empenhamento da filosofia moderna ocidental em converter a Europa no centro epistémico do mundo. A persistência do eurocentrismo no projecto da modernidade manifesta-se através da utilização persistente e acrítica de muitas noções e conceitos coloniais e racistas. Numa

perspectiva pós-colonial, Maldonado-Torres avança com uma proposta radical de geopolítica descolonial, construída a partir da diferença colonial, a qual permite tornar visível o que permaneceu invisível ou marginal até agora.

Ramón Grosfoguel propõe-se ampliar o debate epistémico, centrando-se numa análise crítica e detalhada da viragem descolonial do capitalismo global. Numa perspectiva crítica do nacionalismo, do colonialismo, e do fundamentalismo (quer eurocêntrico, quer do chamado Terceiro Mundo), o autor aponta pistas para experiências alternativas construídas a partir de um pensamento de fronteira. A busca de ‘outros’ projectos utópicos como horizonte de emancipação ganha sentido através do desenho de cartografias outras das relações de poder no sistema mundo, um sistema que este autor concebe como Europeu/Euro-Norte-americano moderno, colonial capitalista e patriarcal.

Nilma Gomes, uma cientista social e activista do movimento negro no Brasil, questiona-se sobre o lugar dos intelectuais negros no mundo académico, sobretudo universitário, sempre e quando o seu trabalho científico é levado a cabo no contexto da militância das lutas contra a discriminação racial. Esse lugar é epistemologicamente muito rico. Por um lado, impele o cientista a questionar os modos hegemónicos de produzir ciência e a valorizar a pluralidade interna da ciência. Por outro lado, posiciona o cientista na zona de cruzamento entre conhecimentos científicos e não-científicos, entre referentes culturais latino-americanos e afro-americanos.

Por último na quarta parte, intitulada *A Reinvenções dos Lugares*, regressa-se aos lugares para propôr a sua reinvenção. A ideia central é que a definição hegemónica dos lugares de produção de conhecimento, a começar pela dos lugares da modernidade capitalista ocidental, significou sempre a redução da riqueza dos lugares. A diversidade epistemológica de cada um deles foi eliminada para tornar credível, quer a superioridade do saber que se queria impôr, quer a inferioridade do saber que se queria suprimir. A reinvenção dos lugares visa mostrar que a imposição da diferença epistemológica protagonizada pelo colonialismo e pelo capitalismo modernos significou um empobrecimento epistemológico tanto do Norte global como do Sul global ainda que consequências muito distintas para um e para outro.

Boaventura de Sousa Santos parte da ideia de que o paradigma cultural e epistemológico que se impôs globalmente como paradigma moderno ocidental representa uma versão drasticamente reduzida e, portanto, um empobrecimento da grande diversidade de culturas e epistemologias que circulavam na Europa na altura da expansão colonial europeia. As experiências culturais e epistemológicas que se não adequavam aos objectivos da domi-

nação colonial e capitalista foram marginalizadas e esquecidas. Lembrá-las e reinventá-las significa defender que há um ocidente não-ocidentalista a partir do qual é possível pensar um tipo novo de relações interculturais e inter-epistemológicas.

Shiv Visvanathan defende que, o custo principal do encontro entre o Oriente e Ocidente foi a erradicação física de grandes massas populacionais e dos seus saberes, que ou foram destruídos ou transformados em objectos de museu. Socorrendo-se de vários exemplos de encontros que geraram conhecimentos híbridos, o autor centra a nossa atenção na busca de imaginações alternativas, mantidas vivas fora dos contextos hegemónicos de produção do conhecimento. Contestando a tendência que incentiva a criação de identidades singulares e monoculturais, Visvanathan apela às eurísticas e às experiências de pluralidade, diversidade e complexidade, como bases para novos encontros culturais.

Finalmente Dismas Masolo, a partir de uma discussão em torno da etno-filosofia africana, promove uma reflexão sobre o modo como as teorias são guiadas pela dinâmica dos contextos e das circunstâncias sociais em que são produzidas. O cepticismo dos filósofos em relação ao objectivismo tem permitido uma aproximação entre as ciências naturais e sociais assente na ideia de que todo o conhecimento é centrado no ser humano ou guiado por interesses humanos e, como tal, é, sob vários aspectos, indígena. Apondo pistas para um conhecimento endógeno, o autor valoriza o indígena enquanto sujeito, de uma forma que evita as categorias coloniais oposicionais do tradicional e do moderno.

Este livro questiona os sentidos e explicações epistemológicas dominantes, desafiando as fundações das relações epistémicas modernas, coloniais e imperiais. Procura, deste modo, contribuir para a descolonização do saber, articulando, de forma consistente, diferentes perspectivas críticas à epistemologia moderna, elaboradas a partir de diferentes lugares e disciplinas. As epistemologias do Sul são um convite a um amplo reconhecimento das experiências de conhecimentos do mundo, incluindo, depois de reconfiguradas, as experiências de conhecimento do Norte global. Abrem-se, assim, pontes insuspeitadas de intercomunicação, vias novas de diálogo. No plano epistemológico, tal como noutros, o mundo não se pode contentar com breves resumos de si próprio, mesmo sabendo que a 'versão completa e integral' é impossível. A energia deve centrar-se na valorização da diversidade dos saberes para que a intencionalidade e a inteligibilidade das práticas sociais seja a mais ampla e democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- HUIISH, Robert, “Logos a Thing of the Past? Not So Fast, World Social Forum!”, *Anti-pode*, 38(1), 2006, 1-6.
- MALDONADO-TORRES, Nelson (2006), “Post-continental Philosophy: its Definition, Contours, and Fundamental Sources”, *Worlds & Knowledges Otherwise (online)*, 1 (3). Em <http://www.jhfc.duke.edu/wko/dossiers/1.3/NMaldonado-Torres.pdf>, acessado em 15 de Julho de 2007.
- MENESES, Maria Paula (2007). “Os Espaços Criados pelas Palavras – Racismos, Etnicidades e o Encontro Colonial,” in Nilma Gomes (org.), *Formação de Professores e Questão Racial*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 55-75.
- MIGNOLO, Walter (2006), “Citizenship, Knowledge, and the Limits of Humanity”, *American Literary History*, 18 (2): 312-331.
- MILANI, Carlos R. S.; Laniado, Ruthy N. (2007), “Transnational Social Movements and the Globalization Agenda: a Methodological Approach based on the Analysis of the World Social Forum”, *Brazilian Political Science Review (online)*, 2, 10-30. Em http://socialsciences.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-38212007000200001&lng=pt&nrm=iso, acessada em 22 de Outubro de 2008.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1995), *Toward a New Common Sense: Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition*. Nova Iorque: Routledge.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1998), *La Globalización del Derecho: los Nuevos Caminos de la Regulación y la Emancipación*. Bogotá: ILSA, Universidad Nacional de Colombia.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2006), *A Gramática do Tempo*. Porto: Edições Afrontamento.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula; Nunes, João Arriscado; (2004), “Introdução: para Ampliar o Cânone da Ciência. A Diversidade Epistemológica do Mundo”, in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Semear Outras Soluções: os Caminhos da Biodiversidade e dos Conhecimentos Rívais*. Porto: Edições Afrontamento, 23-101.